

## Apresentação

Em agosto de 2001, no início das atividades do **Programa de Formação Continuada em Educação Popular**, conseguimos despertar o interesse de quatrocentos educadores e educadoras populares que passaram a participar ativamente do programa. Após dois anos de trabalho ininterrupto, esse número ultrapassou, em 2003, a marca de mil participantes, os quais, de forma indireta, encontram-se atendendo a mais de 25 mil pessoas nos campos da educação formal pública e da educação popular.

Acreditamos que o aumento dos participantes no programa deve-se, em parte, ao fato de constatar que, a pesar da anunciada melhoria do Brasil na sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos últimos 9 anos, ainda somos considerados um país de médio desenvolvimento humano, com uma sociedade profundamente injusta e excludente, onde se vive, cada vez mais, uma forte luta popular pela inclusão social, pela qual sobram motivos. Dados da UNICEF colhidos em 2003 demonstram que, a pesar de contar com 97% de crianças matriculadas no ensino fundamental, existe um índice de 25% de repetência. Além disso, dentre os 20% mais pobres da população, 49% das crianças de zero até os quatro anos; 9% dos sete aos quatorze anos e 20% entre as crianças de 12 aos 17 anos não freqüentam a escola. Somado a isso, dados levantados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2001, indicam que, enquanto 54% das crianças estão chegando à quarta série, sem terem desenvolvido competências e habilidades elementares de leitura, 52% demonstram “profundas deficiências” em matemática.

Por outro lado, o Brasil continua sendo considerado um país que vem negando o acesso à educação a uma população estimada em 37 milhões de pessoas. Além do mais, 17 milhões são considerados analfabetos literais e 30 milhões analfabetos funcionais, isto é, aqueles que mal apreenderam a ler e a escrever. Tudo isso como resultado de uma política educacional pública, na qual, dentre outros aspectos, o investimento no ensino básico brasileiro diminuiu, desde 1998, de 5% para 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Torna-se importante ressaltar, ainda, que além da baixa remuneração dos professores/as e da grande quantidade de escolas públicas mal-equipadas, 70% das vagas dos níveis de ensino infantil e superior encontram-se no ensino privado. Aspectos estes que demonstram tanto a desigualdade expressa na concentração de renda do país, quanto a existência de um profundo processo seletivo de natureza excludente, que torna muito distante a inclusão social, a partir de uma efetiva ação educativa, promotora da emancipação das classes populares.

Nesse sentido, entendemos que a única solução possível, para esta situação crítica, na qual se encontra a educação do país, será a construção de uma sociedade pautada pela igualdade de direitos e de oportunidades para todos/as, sem distinções de raça/etnia, condição social, gênero ou idade, contemplando-se três grandes eixos de luta popular:

1. **Superação das diversas formas de desigualdade e injustiças sociais**, para conquistar e defender os direitos (individuais/coletivos) de cidadania em todas as gerações.
2. Efetivar a **democracia participativa**, reconhecendo a diversidade cultural, as diferenças e a discriminação existentes em muitas dimensões humanas.
3. **Defesa digna pela vida e pela preservação da natureza** e de suas diversidades.

Baseado nesses eixos, o **Programa de Formação Continuada em Educação Popular** lança o seu segundo número da **Revista de Educação Popular**, com a pretensão, mais uma vez, de continuar contribuindo com a socialização de conhecimentos relacionados com as teorias e as metodologias de intervenção social condizentes com a práxis da Educação Popular, enquanto instrumentos de elevação da consciência crítica e de apoio para uma intervenção inclusiva e emancipatória.

Neste segundo número, consagramos discussões, iniciadas na primeira publicação, acerca da origem e do desenvolvimento da Educação Popular no Brasil, bem como apresentamos reflexões sobre estratégias de inclusão da população negra nas universidades públicas; análise de experiência de apoio às mulheres que vivenciaram a violência conjugal e intrafamiliar; os novos rumos da Educação Matemática. Também registramos, nesta edição, experiências de Educação Popular e Sínteses de Atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Popular no ano de 2002.

Boa leitura !!!!

**Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox** – Pró-reitor de Extensão, Culturas e Assuntos estudantis da Universidade Federal de Uberlândia. Membro da equipe coordenadora do Programa de Formação Continuada em Educação Popular. Uberlândia, MG. Agosto de 2003